

§ 2º - No caso de vacância de algum dos cargos da Diretoria, o conselho empossará a respectiva sucessora na ordem hierárquica. O novo processo eletivo deverá ser deflagrado e encerrado em até (60) sessenta dias para preenchimento do(s) cargo(s) em vacância.

§ 3º - Em caso de vacância total da Diretoria ,qualquer conselheira representante da entidade titular poderá convocar uma assembléia para eleição da Nova Diretoria

§ 4º - Em reuniões ordinárias e extraordinárias do COMDIM toda plenária terá direito à voz , mas somente as conselheiras/os representantes das entidades terão direito a voto e a entidade suplente, na ausência da titular.

**Art.5º** - As reuniões do COMDIM serão convocadas pela(o) Presidente ou por sua ordem , comunicando-se a data,hora,local e ordem do dia. As mesmas funcionarão validamente,em primeira chamada após 15 (quinze) minutos com qualquer número.

§1º. O quorum para deliberação será constituído com os titulares presentes e complementado,caso seja necessário,com os suplentes conforme ordem do seguimento. Esta constituição deverá permanecer até o final da plenária mesmo se o titular venha se fazer presente em qualquer tempo após a constituição do quorum.

§2º. Caso o/a titular se ausentar durante a plenária , a sua suplência poderá assumir a titularidade até o final da mesma;

§3º. Em caso de deliberação sobre o orçamento , composição da rede de atendimento referente à distribuição de recursos , avaliação de novos projetos , registro no COMDIM e alteração do regimento interno deverá estar presente maioria absoluta ( metade mais um ) da composição do conselho.

**Art.6º** - A(o) Presidente instalará as reuniões do COMDIM e dirigirá seus trabalhos , sendo substituída (o) em seus impedimentos ou na sua falta , pela (o) Vice-Presidente.

Parágrafo único - Sempre que estiver em discussão matéria de interesse da entidade de quem estiver na direção dos trabalhos , este deverá passar a direção a outro Conselheiro ,podendo , no impedimento da (o) Presidente e da (o) Vice-Presidente ,a plenária indicar o membro sucessor hierárquio.

**Art.7º** - Entidades ou membros da comunidade poderão participar das reuniões do COMDIM e , mediante prévia inscrição junto à Diretoria , antes do início da reunião e com indicação da matéria, lhes poderá ser concedida a palavra.

**Art.8º** - Compete ao COMDIM:

I- Formular diretrizes e propor políticas em todos os níveis da Administração Pública Direta e Indireta , com o objetivo de eliminar quaisquer discriminação;

II- Colaborar com os demais órgãos da Administração Pública Municipal no planejamento e na execução de políticas referentes à mulher, especialmente nas áreas da saúde,prevenção à violência, educação ,habitação,cultura e trabalho;

III- Receber denúncias de violação dos direitos da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;

IV- Estimular , apoiar e desenvolver estudos ,debates e campanhas educativas sobre a condição da mulher;

V- Promover e participar de intercâmbio e convênios com outras instituições e órgãos municipais,

- estaduais, nacionais e estrangeiros , de interesse público e privado , a fim de implementar ações conjuntas que visem promover os direitos da mulher e combater a discriminação de gênero;
- VI- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de legislação e convenções coletivas que assegurem os direitos da mulher;
- VII- Apoiar a Coordenadoria Municipal da Mulher na articulação com outros órgãos da administração pública municipal e os governos Estadual e Federal;
- VIII- Participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para mulheres;
- IX- Articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no COMDIM visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;
- X- Articular-se com os movimentos de mulheres, conselho estadual e nacional dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais , para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e eqüidade e fortalecimento do processo de controle social;
- XI- Definir diretrizes e programas de ação do Colegiado;
- XII- Elaborar e propor modificações no seu regimento interno;
- XIII- Deliberar sobre a pauta das plenárias do COMDIM;
- XIV- Alterar o regimento Interno mediante convocação específica;
- XV- Declarar perda do cargo de membros do COMDIM nos termos da Lei.

**Art.9º**- Na discussão de cada matéria em pauta, os membros do COMDIM terão direito a intervenções com tempo de delimitado pela Diretoria, obedecendo-se à ordem de inscrição.

**Art.10º**- As deliberações da plenária que gerarem resoluções serão publicadas através da imprensa falada e/ou escrita ou exposta em espaço público durante 30 dias.

**Art.11º**- Todas as matérias apreciadas pelas comissões ou plenárias deverão gerar pareceres.

**Art.12º**- O membro titular que faltar, sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas do COMDIM ou a 5 (cinco) alternadas, em um mesmo mandato, será desligado do conselho. No caso de representação não governamental, assume a entidade suplente, obedecendo a ordem de votação na eleição para o COMDIM. No caso de representação governamental e do poder legislativo, assume a respectiva suplência.

**§ Único-** Caso haja real necessidade de falta, o membro titular deverá apresentar sua justificativa por escrito à Secretaria Executiva, no prazo de cinco dias antes da reunião.

- I- A justificativa será apresentada e apreciada pela plenária.
- II- Em caso de imprevistos, a justificativa poderá ser apresentada até 72 (setenta e duas) horas após a reunião.

## **SEÇÃO I**

### **DA DIRETORIA**

**Art.13º**- A diretoria do COMDIM reunir-se-á mensalmente em reuniões ordinárias e extraordinariamente se necessário, por convocação da (o) Presidente para:

- I- Apreciar documentação recebida e emitida encaminhando quando necessário à deliberação da plenária;
- II- Elaborar a pauta das reuniões do COMDIM até uma semana antes da plenária;

Art.17º- Compete à (ao) Segunda (o) Secretaria (o):  
I- Auxiliar à (o) primeira (o) Secretaria (o) no cumprimento de suas atribuições;  
II- Substituir à (o) primeira (o) Secretaria (o) em suas faltas ou impedimentos e sucede-la em caso de vacância.

## DA/O SEGUNDO/O SECRETÁRIO

### SEÇÃO V

Art.16º- Compete à (o) primeira (o) Secretaria (o):  
I- Ler e submeter à apreciação da Plenária do COMDIM, no início de cada reunião, a correspondência recebida e enviada pelo COMDIM, a partir da reunião anterior;  
II- Dar conhecimento à Plenária, no início de cada reunião, da correspondência recebida e enviada a Ata da reunião anterior;  
III- Acompanhar e monitorar a organização dos trabalhos da secretaria, registrando documentação do Conselho.

## DA/O PRIMEIRO/O SECRETÁRIO

### SEÇÃO IV

Art.15º- Compete à (ao) Vice-Presidente:  
I- Auxiliar à (o) Presidente no cumprimento de suas atribuições;  
II- Substituir à (o) Presidente em suas faltas ou impedimentos e sucede-lo em caso de vacância;

## DA/O VICE-PRESIDENTE

### SEÇÃO III

Art.14º- Compete à (ao) Presidente:  
I- Convocar e presidir as reuniões do Conselho;  
II- Representar o COMDIM, em todos os espaços relacionados às Políticas Públicas para as Mulheres, podendo, delegar essa representação aos componentes da diretoria ou aos demais conselheiros/os conforme indicado a deliberação da Plenária;  
III- Assimilar todos os documentos emitidos pelo COMDIM;  
IV- Chamar e presidir a Conferência Municipal da Mulher.

## DA/O PRESIDENTE

### SEÇÃO II

Plenária e remeter cópias às entidades a ele vinculadas;  
III- Elaborar, anualmente, relatório das atividades do COMDIM, submetendo a aprovação da IV- Monitorar os encaminhamentos das deliberações da Plenária.

Sapiranga, 2009

Art.22º - O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

### CAPÍTULO III

Único - Caberá esta comissão a tarefa de acompanhar e fiscalizar o processo de escolha das representações da sociedade civil, conforme artigo terceiro, parágrafo único.

Art.21º - Para auxiliar a Diretoria no cumprimento de suas tarefas a Plenária, serão constituidas comissões permanentes de entidades titulares e suplementares.

Art.20º - Para auxiliar a Diretoria no cumprimento de suas tarefas a Plenária, serão constituidas comissões permanentes de temáticas, por representantes de entidades titulares e suplementares.

## DO PROCESSO ELEITORAL

Art.20º - Cada comissão terá uma relatoria que colocará os respectivos pareceres em pauta para apreciação e deliberação da Plenária.

Art.19º - Para auxiliar a Diretoria no cumprimento de suas tarefas a Plenária, serão constituidas comissões permanentes de entidades titulares e suplementares.

## DAS COMISSÕES

### SEÇÃO VII

VI - Lavarar as Atas da Diretoria e do Plenário do COMDIM.

V - Convocar, por escrito, os membros do COMDIM, para reuniões ordinárias e extraordinárias, informando a pauta, data, local e horário;

IV - Acompanhar todas as ações desenvolvidas pelo COMDIM, conforme solicitado pela Diretoria;

III - Manter atualizados os cadastrados, registros e arquivos do COMDIM;

II - Elaborar, registrar, equivaler e encaminhar os documentos e a correspondência segundo determinação da Diretoria;

I - Manter a guarda dos cadastrados, registros e arquivos do COMDIM;

Art.18º - A Secretaria Executiva do COMDIM, atendida por servidores cedidos pela Administração Municipal e supervisionada nos termos desse Regimento, compete:

## DA SECRETARIA EXECUTIVA

### SEÇÃO VI



processo de elaboração das políticas públicas para as mulheres, operando de forma articulada com os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, visando garantir a efetiva participação das mulheres na formulação e implementação das políticas e programas que lhes são destinados, promovendo a igualdade entre homens e mulheres, respeitando as diferenças de gênero, orientação sexual, raça/etnia e convicções filosóficas e religiosas.

## **LEI N° 4475, DE 06/11/2009**

### **INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) E O SEU RESPECTIVO FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

NELSON SPOLAOR, Prefeito Municipal de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

#### **CAPÍTULO I**

**Art. 1º -** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo que tem por finalidades:

I - formular, promover e fiscalizar a execução de políticas públicas para as mulheres dos territórios urbano e rural de Sapiranga, respeitando as perspectivas de gênero, de orientação sexual, de raça/etnia e de convicções filosóficas e religiosas, conforme as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - "Convenção de Belém do Pará", e de outros acordos e convenções nacionais ou internacionais de relevância e interesse público, buscando implementar ações afirmativas com vistas a reparar a dívida histórica da sociedade para com as mulheres;

II - contribuirativamente para a prevenção, a punição e a erradicação do preconceito, da discriminação e de todos os tipos de violência contra as mulheres, promovendo e fiscalizando o cumprimento da Lei Federal n.º11.340/2006 - Lei Maria da Penha - e de outras legislações, convenções e acordos coletivos nacionais e internacionais que assegurem e promovam os direitos das mulheres;

III - contribuirativamente para ampliar o processo de controle social e de participação popular.

**Art. 2º -** Ao COMDIM compete:

I - elaborar o Regimento Interno que regulamentará o funcionamento do Conselho;

II - colaborar com os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no planejamento, promoção, execução e fiscalização de ações, projetos e programas que constituam políticas públicas para as mulheres.

III - promover e participar de intercâmbios e convenções com outras instituições e órgãos municipais, estaduais, nacionais ou estrangeiros, de forma a promover os direitos das mulheres e a combater as violências e interesses públicos ou privados, a fim de implementar ações conjuntas que visem a execução e legislativo do Município de Sapiranga.

(a) a autonomia econômica das mulheres e a igualdade no mundo do trabalho, promovendo o trabalho doméstico não-homofóbica, não-sexista, não-heteronormativo e não-lesbofobia;

(b) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(c) a educação incisiva, não-sexista, não-homofóbica, não-lesbofobia e não-racista, contribuindo para a erradicação da marginalização entre as mulheres;

(d) a saúde das mulheres, os seus direitos sexuais e reprodutivos e o planejamento familiar, contribuindo para a ampliação, qualificação e humanização da atenção à saúde das mulheres e de meninas;

(e) a prevenção, o tratamento e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana) humanizando a atenção à saúde das mulheres e de meninas;

(f) o enfrentamento humanoizado, integral e qualificado às mulheres e de meninas e entre as mulheres;

(g) o enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres e de meninas e entre as mulheres;

(h) a desconstituição de estereótipos e representações de gênero e de mitos e atendimentos;

(i) a ampliação do acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres e de meninas preconceituosas em relação à violência contra mulheres e de meninas;

(j) a participação compulsória de casos de violência contra mulheres e de meninas e entre as mulheres;

(k) a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;

(l) a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas ambientais e de desenvolvimento rural sustentável e à moradia digna construída em locais seguros e saudáveis;

(m) o direito das mulheres ao acesso à terra, à reforma agrária, ao seguro social e à igualdade de gênero, garantido o seu protagonismo e dom especial atingindo às jovens e idosas, garantindo a sua autonomia e promovendo a sua autonomia;

(n) a construção da cultura e da mídia igualitária, democrática e não-discriminatória;

(o) enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;

(p) o enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, garantindo a sua participação na implementação e controle social das temáticas de violência contra as mulheres, gênero, raga/etnia, orientação sexual, gênero e direitos humanos;

(q) a participação ativa da população na implementação e controle social das orientações políticas públicas nas temáticas de gênero, raga/etnia, orientação sexual, gênero e direitos humanos;

(r) a capacitação dos agentes públicos nas temáticas de gênero, raga/etnia, orientação sexual, gênero e direitos humanos;

(s) a produção, organização e disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratam das temáticas de violência contra as mulheres, gênero, raga/etnia, orientação sexual, gênero e direitos humanos;

(t) a implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Sistemas Nacionais de Dados e Estatísticas sobre a Violência Contra as Mulheres;

(u) a implementação, monitoramento e avaliação, no âmbito municipal, do Sistema Municipal de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;

(v) a implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

(w) a institucionalização das políticas públicas de gênero nos poderes Executivo e Legislativo do Município de Sapiranga.

discriminações de gênero;

III - promover e participar de intercâmbios e convenções com outras

instituições e órgãos municipais, estaduais, nacionais ou estrangeiros, de forma a promover os direitos das mulheres e a combater as violências e

interesses públicos ou privados, a fim de implementar ações conjuntas que visem a execução e legislativo do Município de Sapiranga.

(a) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(b) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(c) a educação incisiva, não-sexista, não-homofóbica, não-lesbofobia e

não-racista, contribuindo para a erradicação da marginalização entre as

mulheres;

(d) a saúde das mulheres, os seus direitos sexuais e reprodutivos e o

planejamento familiar, contribuindo para a ampliação, qualificação e

humanização da atenção à saúde das mulheres e de meninas;

(e) a prevenção, o tratamento e o controle das doenças sexualmente

transmissíveis e da infecção pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana)

garantindo a sua autonomia e promovendo a sua autonomia;

(f) o enfrentamento humanoizado, integral e qualificado às mulheres e

de meninas e entre as mulheres;

(g) o enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres,

garantindo a sua autonomia e promovendo a sua autonomia;

(h) a implementação, monitoramento e avaliação, no âmbito municipal, do

Plano Municipal de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as

Mulheres;

(i) a institucionalização das políticas públicas de gênero nos poderes

Executivo e Legislativo do Município de Sapiranga.

(j) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(k) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(l) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(m) o direito das mulheres ao acesso à terra, à reforma agrária, ao

seguro social e à igualdade de gênero, garantido o seu protagonismo e

dom especial atingindo às jovens e idosas, garantindo a sua autonomia e

promovendo a sua autonomia;

(n) a construção da cultura e da mídia igualitária, democrática e

não-discriminatória;

(o) o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;

(p) o enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres,

garantindo a sua autonomia e promovendo a sua autonomia;

(q) a participação compulsória de casos de violência contra mulheres e

de meninas e entre as mulheres;

(r) a capacitação dos agentes públicos nas temáticas de gênero, raga/etnia,

orientação sexual, gênero e direitos humanos;

(s) a produção, organização e disseminação de dados, estudos e pesquisas que

tratem das temáticas de violência contra as mulheres, gênero, raga/etnia,

orientação sexual, gênero e direitos humanos;

(t) a implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de

Políticas para as Mulheres;

(u) a implementação, monitoramento e avaliação, no âmbito municipal, do

Plano Municipal de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as

Mulheres;

(v) a institucionalização das políticas públicas de gênero nos poderes

Executivo e Legislativo do Município de Sapiranga.

(w) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(x) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(y) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(z) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(aa) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(bb) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(cc) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(dd) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ee) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ff) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(gg) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(hh) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ii) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(jj) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(kk) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ll) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(mm) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(nn) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(oo) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(pp) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(qq) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(rr) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ss) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(tt) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(uu) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(vv) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ww) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(xx) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(yy) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(zz) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(aa) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(bb) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(cc) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(dd) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ee) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ff) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(gg) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(hh) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ii) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(jj) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(kk) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ll) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(mm) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(nn) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(oo) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(pp) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(qq) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(rr) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ss) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(tt) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(uu) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(vv) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ww) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(xx) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(yy) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(zz) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(aa) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(bb) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(cc) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(dd) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ee) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ff) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(gg) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(hh) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ii) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(jj) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(kk) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ll) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(mm) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(nn) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(oo) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(pp) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(qq) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(rr) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

(ss) a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de

vulnerabilidade social, superando a divisão de trabalho;

</div

§ 2º Os(as) representantes do Poder Executivo Municipal serão nomeados por ato administrativo do Prefeito Municipal no prazo de trinta (30) dias a contar

de vulnerabilidade social.  
interesse público e representação efetiva de mulheres em situação administrativo pelo Prefeito Municipal, respeitando os critérios de idoneidade, dias a partir da publicação desse diploma legal, e designados em ato dia-s, a partir das diretrizes dessa Lei Municipal, no prazo de trinta (30) mulheres, a partir das diretrizes desse(a)s ao COMDIM pelo Fórum Municipal de suplentes, serão indicados(as) cinco (05) titulares e cinco (05) não-governamentais ou comunitárias, cinco (05) titulares e cinco (05) não-governamentais da sociedade civil,

VI - Círculo representantes de entidades da sociedade civil.

V - Um(a) representante da Secretaria Municipal de Habitação;

IV - Um(a) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Um(a) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - Um(a) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

I - Um(a) representante da Coordenação Municipal da Mulher;

entidades não-governamentais ou comunitárias, com a seguinte composição:  
representantes do Poder Executivo Municipal e 5 (cinco) representantes de por 10 (dez) membros, denominados Conselheiros(as), sendo 5 (cinco) Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto

X - participar ativamente da organização das conferências municipais de temáticas relacionadas aos direitos das mulheres.  
políticas públicas para as mulheres e de outros eventos que envolvam as

XI - trabalhar em consórcio com as políticas públicas propostas e Municipal que gerencia e coordena as políticas públicas para as mulheres;  
executadas pela Coordenação Municipal da Mulher, órgão do Executivo

VII - estimular, apoiar e desenvolver estudos, debates e campanhas educativas e informativas sobre a condição da mulher;

VIII - acolher e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violação dos Direitos Humanos de mulheres;

IX - articular-se com os movimentos de mulheres, Conselho Estadual e Nacional dos Direitos da Mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o establecimento de estratégias comuns de fortalecimento dos processos de controle social;

V - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados não representados no COMDIM, constituinte uma rede de trabalho com vistas a incentivar e apoiar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre as questões, buscando trabalhar em regime de interterritorialidade com o Poder Público e projetos e programas que promovem os direitos das mulheres em Sapiranga,

espacos de trabalho e inclusão na articulação das propostas organizacionais do município;

implementação de metas e prioridades para assessorar as condições de plena igualdade às mulheres em todas as esferas da vida, especialmente nos imóveis, elaborada na articulação na articulação das propostas organizacionais do município;

Lei Ordinária 4475 elaborada na articulação das propostas organizacionais do município;

III - programas e projetos de qualificação profissional destinados à inserção no mercado de trabalho;

II - apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza socio-económica relacionados aos direitos da mulher;

I - divulgação dos programas e projetos desenvolvidos pelo COMDIM;

deverão ser aplicados em:

**Art. 9º** - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher deverão estar em consonância com os critérios estabelecidos pelo COMDIM e

**Art. 8º** - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher implantado aos direitos da mulher em Sapiranga.

(FUMDIM), que tem como objetivo principal prover recursos para a implementação de programas, desenvolvimentos e manutenção das atividades relacionadas aos direitos da mulher em Sapiranga.

## CAPÍTULO II

**Art. 7º** - O COMDIM será formado por uma Diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário(a), 2º Secretário(a), 1º Tesoureiro(a) e 2º Tesoureiro(a), eleita pelo plenário e homologada pelo Prefeito Municipal, podendo ser reconduzida por mais um mandato e demissível, ouvido o Conselho.

**Art. 6º** - A autoridade máxima do COMDIM é a reunião plenária dos membros referidos no artigo 3º desta Lei.

**Art. 5º** - O desempenho das funções de membro do COMDIM não será remunerado, mas os serviços prestados serão considerados como de relevante serviço público e comunitário.

Parágrafo Único - O Regimento Interno do COMDIM definirá as competências, como a periodичidade e a publicidade de suas reuniões.

**Art. 4º** - O mandato dos conselheiros será de dois (02) anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 6º O Fórum Municipal de Mulheres reunir-se-á para avaliar as políticas voltadas ao gênero e das propostas do Poder Público e demais que julgar necessárias.

§ 5º A primeira reunião do Fórum Municipal de Mulheres convocada pela Coordenação da Mulher, órgão público, vinculado ao Gabinete do Prefeito, provisoriamente intitulado a disciplinar o seu funcionamento;

§ 4º O Fórum Municipal de Mulheres será formado por representantes de entidades não governamentais e ou comunitárias, que tifham em seus objetivos o trabalho com a causa da mulher, na ordem de um voto por entidade;

§ 3º Os membros de que tratam os incisos I a V serão substituídos, em suas ausências, por assessor(a) técnico(a) indicado(a) pelo respectivo membro titular.

**Art. 10 -** O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FUMDIM será gerido conjuntamente pela Coordenação da Mulher e pela Secretaria Municipal da Fazenda, respeitados os critérios estabelecidos pelo Conselho.

V - programas e projetos destinados a combater a violência contra a mulher;

VI - outros programas e atividades do interesse da política municipal dos direitos da mulher;

**Art. 11 -** Constituem receitas do FUMDIM:

I - dotações orçamentárias próprias do Município;

II - repasses, subvenções, dotações, contribuições ou quaisquer outras transferências de recursos de pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ou ainda, de entidades nacionais, internacionais, organizações não-governamentais e não-governamentais;

III - receitas de aplicação financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da Lei;

IV - produtos de convênios firmados com entidades financeiras;

V - dotações em espécies feitas diretamente ao FUMDIM;

VI - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

**Art. 12 -** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 13 -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapiranga, 06 de novembro de 2009.

NELSON SPOLAOR  
Prefeito Municipal

RICARDO LUIS SILVA DA SILVA  
Secretário da Administração

Register-se e Publique-se

# Ata nº 04/2018

Aos cinco dias do mês de novembro, dia 2018, na sala de reuniões do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Alzina Lampert Fett, reuniram-se representantes da Sociedade Civil e do governo municipal para eleger a nova gestão, 2018/2020, ainda foi explicado as atribuições do CODISI e a mudança da Casa Aberto Regional Jacobina Mauri que neste ano passou a ser administrada pela Prefeitura Municipal de Capiranga, anteriormente administrada por um empreendimento terceirizado. O conselho ficou composto conforme segue: Presidente, Izabel Cristina, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; Vice-Presidente Carla Jacqueline Scheider, representante a APAE; 1<sup>a</sup> secretaria, Cláudia Taper, representando a Secretaria Municipal de Saúde; 2<sup>a</sup> secretaria, Gessi Schmidt Ely, representante a Ciranda de Luz; 1<sup>a</sup> Tesouraria Gislaine de Castro, Secretaria Municipal de Educação, 2<sup>a</sup> Tesouraria, Luciana Martin, representando o Departamento de Habitação. Nada mais a constar, encerro a presente ata, que vai assinada por mim, Dicime Job Rodrigues, a presidente eleita e os demais presentes. Capiranga-RS.

~~Assinatura: Dicime Job Rodrigues, Presidente, Gislaine de Castro, Cláudia Taper, Carla Jacqueline Scheider, Izabel Cristina, Gessi Schmidt Ely, Luciana Martin, Dicime Job Rodrigues, Gislaine de Castro, Cláudia Taper, Carla Jacqueline Scheider, Izabel Cristina, Gessi Schmidt Ely, Luciana Martin.~~

A2c 05/2029

prevenção à violação dos direitos das mulheres. Por fim foi apresentado pela Sra Cristina uma proposta de projeto de intervenções articulando o comércio e a indústria local, tendo este projeto o objetivo de valorizar a mulher, a proposta foi bem aceita e retornará as pautas das próximas reuniões. Nada mais havendo a relatar, encerrou a presente ata. *(Assinatura) Giselly, Henocelli, Luciana Martin, Andrade, Dr. Haidel do Carmo, Jônatas Lages Ribeiro*

### Ata 02/2019

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 2019, foi realizada reunião do COMDISI na sala de reuniões do CRAM às 14:30 min, encerrada às 16:30 aproximadamente. Foi tratadas as demandas para o dia 8 de março, para o evento comemorativo ao dia da mulher, não haverá serviço da Mary Key e foi incluída a participação da Associação das Artistas, ainda faltou entregar os ofícios a secretaria de saúde que já está pronto e fazer contato com o departamento de comunicação para fazer a publicidade e os convites. Foi pensada a proposta da Vereadora Rita de implementar uma Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores deste município, não foi possível esclarecer as intenções da proposta. Será encaminhado ofício para as entidades que não estão participando do COMDISI e será realizada visita a Liga. Por fim foi apresentada pelas funcionárias do CRAM a proposta de uma apresentação de um espetáculo de dança com o tema Mulher para o dia 20 de julho que arrecadarão doações para as entidades do COMDISI, o evento será no Centro de Cultura. Nada

que nascem e outras que fazem parte da cultura da África, Ásia e Europa. A cultura africana é baseada na crença de que os deuses, espíritos, animais e forças naturais possuem vida e personalidade. Os deuses são vistos como criaturas poderosas e temidas, que controlam o destino das pessoas. A religião é uma forma de expressão artística e cultural, com muitas danças, cantos e rituais envolvendo a natureza e os deuses. A cultura africana também é influenciada pelas tradições locais, como as festas de santo Antônio, São João e São Pedro, que são celebradas com muita alegria e festa. A culinária africana é另一位文化，如中國文化、印度文化等。這些文化都有其獨特的歷史背景和傳統習俗。例如，中國文化強調家庭團圓和尊長敬老；印度文化則強調精神追求和宗教信仰。不同文化之間存在著許多相似之處，如對自然的敬畏之心、對道德倫理的重視等。然而，不同文化之間也存在著許多差異，如在政治、經濟、社會等方面。因此，在進行跨文化交流時，我們需要尊重和理解不同文化的特點，避免簡單化或歧視化的觀點。

mois hiver connaît un certain temps, mais nous avons également des périodes de saison sèche et de saison humide. Ces périodes sont généralement assez courtes, mais peuvent durer plusieurs mois. La saison humide commence en mai et dure jusqu'à octobre, alors que la saison sèche commence en novembre et dure jusqu'à avril. La saison humide est caractérisée par des pluies abondantes et régulières, tandis que la saison sèche est caractérisée par des périodes de sécheresse et de faible précipitation.

trabalho. Foi daí mais havendo a falar a reunião foi encerrada onde o presidente do Conselho e a Conselheira Jacqueline Schmidgler, na qualidade de secretária assinaram a presente Ata. Presentes: Adwailton Gestaline Taís Wasem, Luciana Martin, Yanna Sangiote, Raia Lili do Carmo

### Ata nº 4/2019

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos reuniram-se na Coordenaria da Mulher com sede na Avenida vinte de setembro, número 1695 (hum mil seiscentos e noventa e cinco), no Bairro Oeste, nesta cidade, os membros dos Ídigo, do Conselho Municipal da Mulher (CONDIM) e a Assistente social Dione. Como pauta desta reunião, inicialmente, foi sugerida a troca da conselheira Cláudia da Secretaria de Saúde, visto que ela não está conseguindo participar das reuniões mensais. Nesse sentido, a conselheira Izabel Cristina irá re-  
verificar com a Secretaria de Saúde sugestão de nome para a referida troca. Posteriormente, a conselheira Maria repassou algumas informações sobre agendamentos efetuados para conversas/palestras sobre o dia das mães e/ou violência contra a mulher. O primeiro agendamento ocorreu com uma empresa (Cartomack) para a psicóloga Glaci ir até o local realizar conversas para o dia quatorze de maio do corrente ano. O segundo agendamento foi feito pela Escola Municipal de Educação Infantil Cinderela que ocorrerá próximo ao Dia das Mães as dezoito horas na escola. Em seguida a Assistente Social Dione informou que após a última reunião já entrou uma demanda da Escola Centro Municipal de Educação Sartor Senna - Unidade de Educação Infantil que provarou anúlio. Ademais foi sugerido pela conselheira Izabel

que se desenrola no mundo. Em segundo lugar, a cultura mundial é um importante instrumento que promove a integração entre os países. A cultura mundial é uma forma de comunicação que permite a troca de informações entre os países, facilitando o entendimento mútuo e promovendo a cooperação entre os países. A cultura mundial também é uma forma de expressão artística que permite a expressão de diferentes culturas e tradições ao redor do mundo. Além disso, a cultura mundial é uma forma de preservação da memória e da identidade cultural de cada país. Ela também é uma forma de celebração da diversidade cultural, permitindo que pessoas de diferentes países e culturas se encontrem e se conheçam. A cultura mundial é uma forma de construção de uma nova realidade, onde os países trabalham juntos para construir um futuro melhor para todos. A cultura mundial é uma forma de construção de uma nova realidade, onde os países trabalham juntos para construir um futuro melhor para todos.

15  
pessoas se habilitem para a promoção de cursos. Por fim, decidiu-se que a data para a próxima reunião será remanjada do dia vinte e nove de maio do corrente ano para o dia vinte e dois de maio devendo ao Dia do Desafio, dígo, Desafio, que inviabilizaria a reunião. Nada mais havendo a constar a reunião foi encerrada e a presente ata segue assinada por mim, Gestaline Tais Wasem e pelos demais participantes da reunião. Gestaline Tais Wasem, Janice Gembey, Andriana Blon, Ana Paula Zilhão Lamas, Gembey, Flávia, Luciana Martin.

### Ata nº 5/2019

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezenove reuniram-se os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no evento Fórum das entidades que ocorreu na Câmara Municipal de Vereadores de Sapiranga às quatorze horas. Para tanto, não ocorreu reunião específica no mês de maio de dois mil e dezenove sendo esta substituída pelo Fórum. Sendo que não há mais nada a declarar, assino a presente ata que segue assinada por mim e os demais participantes da reunião/Fórum. Gestaline Tais Wasem, Gembey, Andriana Blon.

### Ata nº 6/2019

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezenove reuniram-se os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher na Coordenadoria da Mulher com sede na Avenida vinte de setembro, número um mil seiscentos e noventa e cinco no Bairro Oeste, nesta cidade. Como pauta desta reunião, inicialmente, foi feita a divulgação do espetáculo de dança "sobre elas" do Grupo de Dança Kalya na Rodrigues que ocorrerá no dia vinte de julho do corrente ano às dezenove horas e trinta minutos no

